

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.-ELETROBRAS
Eletrobras Distribuição Acre

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
Relatório de Gestão do Exercício 2009

Rio Branco – AC

MAIO/2010



Auditoria Interna - CAA
Prestação de Contas Anual
Fls: 22

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Centrais Elétricas Brasileiras S.A.-ELETROBRAS

Eletrobras Distribuição Acre

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União, como prestação de contas anual, a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada, nos termos do art. 70, da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Decisão Normativa TCU nº 100, de 07 de outubro de 2009, e da Portaria TCU nº 389/2009, de 21 de dezembro de 2009.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

- NG - Norma Geral
- NP - Norma de Procedimento
- PMD - Plano de Melhoria de Desempenho
- GT - Grupo de Trabalho
- PDG - Programa de Dispêndio Global
- SICOM - Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal
- CMDE - Contrato de Metas de Desempenho Empresarial
- PTSE - Plano de Transformação do Sistema Eletrobras
- PCR - Plano de Carreira e Remuneração
- SGD - Sistema de Gestão de Desempenho
- EDE - Empresas de Distribuição da Eletrobras
- DN - Decisão Normativa
- IN - Instrução Normativa
- TCU - Tribunal de Contas da União
- UO - Unidade Orçamentária
- DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora
- FEC - Frequência Equivalente por Unidade Consumidora
- ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
- PLPT - Programa Luz para Todos
- CCC - Conta de Consumo de Combustível

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES

Título	Página
Tabela 1 – Programa de Investimento	14
Tabela 1 – Dados de realização do PLPT	15
Tabela 2 – Relação de Projetos concluídos em 2009	16
Tabela 3 – Relação de Projetos Propostos	16
Tabela 4 – Relação de Projetos em andamento	17
Tabela 5 – Tabela contendo os Principais Programas de Investimentos	21
Tabela 6 – Demonstrativo de Resultado Consolidado	22
Tabela 7 – Receita Operacional	22
Tabela 8 – Programa de Dispêndio Global	24
Tabela 9 – Programação de Despesas Correntes	26
Tabela 10 – Programação de Despesas de Capital	26
Tabela 11 – Despesa Corrente por Grupo ou Elemento de Despesa	27
Tabela 12 – Identificação dos Programas de Governo	28
Tabela 13 – Evolução das Receitas e Despesas	30
Tabela 14 – Desempenho da Qualidade	36
Tabela 15 – Análise do Desempenho	37
Tabela 16 – Composição e Custo dos Recursos Humanos	38
Tabela 17 – Demonstrativo de Contratos de Terceirização de área-fim	39
Tabela 18 – Tabela de Repasse Governo do Estado – LPT	45
Tabela 18 – Composição Acionária do Capital Social	49

SUMÁRIO

Introdução	07
Identificação da Unidade Jurisdicionada	09
Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos	
a) Responsabilidades Institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas	11
b) Recursos Aplicados em Investimento	13
c) Estratégias de Atuação frente às Responsabilidades Institucionais	17
d) Análise do Planejamento Estratégico da Entidade	18
Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	21
Desempenho Operacional	21
Receita Operacional	22
Deduções à Receita	23
Despesas Operacionais	23
Programa Luz Para Todos	22
Programa de Dispendio Global	25
Geração de Caixa	25
Programação Orçamentária – Execução Orçamentária	26
a) Programação de Despesa Corrente	26
b) Programação de Despesa de Capital	26
c) Despesa Corrente por Grupo ou Elemento de Despesa	27
Execução Orçamentária de créditos originários da UJ	28
Execução Orçamentária por Programa de Governo	28
Evolução das Receitas e Despesas	30
Indicadores de Desempenho	35
Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade Jurisdicionada	31
Indicadores de desempenho	35
Análise do desempenho	37
Informações sobre a composição do Quadro de Recursos Humanos	38
Composição e custos de deos Recursos Humanos	37
Demonstrativos de Contratos de terceirização de terceirização de mão-de-obra	39
Indicadores Gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade,	40

informando se não os possuir	
Análise crítica sobre a situação dos Recursos Humanos	41
Impactos da terceirização na produtividade	43
Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	45
Política Remuneratória	44
Situação e evolução do passivo trabalhista vinculado	44
Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos	45
Inscrições de resto a pagar no exercício e os saldos de restos a pagar	45
Informações sobre Transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	45
Previdência Complementar Patrocinada	45
Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos	45
Renúncias Tributárias	46
Operações de fundos	46
Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	46
Determinações e Recomendações do TCU	Anexo I
Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticadas no exercício	47
Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV	47
Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para avaliação da conformidade e do desempenho da gestão	47
Composição Acionária do Capital Social	49
Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins	50
Órgãos e entidades integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal – SICOM	50
Demonstrativo da remuneração paga aos membros do conselho de administração e do conselho fiscal	Anexo II
Declaração de que as atas da reuniões do conselho de administração e do conselho fiscal estão à disposição dos órgãos de controle interno e externo	Anexo III

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE está elaborado conforme a Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Informamos os itens que não se aplicam a esta Unidade Jurisdicionada:

- Código SIAFI;
- Reconhecimento de Passivos por insuficiência de Créditos ou Recursos;
- Informações de Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios anteriores;
- Informações sobre as entidades fechadas de Previdência Complementar Patrocinada;
- Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos;
- Renúncia Tributária;
- Resultado da avaliação do Impacto Sócio-Econômico de Operações de Fundos;
- Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticadas no exercício;
- Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV.

O ano de 2009 foi marcado por importantes mudanças e conquistas em todas as Empresas de Distribuição da Eletrobras. Diversas medidas foram implementadas objetivando a total aderência ao que foi estabelecido no âmbito do Plano de Transformação da Eletrobrás, resultando na celebração do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE, no contexto de dar sustentação ao equilíbrio econômico-financeiro das empresas e atender as diretrizes estratégicas do Sistema Eletrobrás.

O CMDE estabeleceu um conjunto de diretrizes estratégicas, dentre as quais destacamos: assegurar resultado econômico-financeiro positivo e crescente; pagamento de dividendos aos acionistas; racionalidade dos gastos operacionais, na realização de custos de Pessoal, Material, Serviço de Terceiros e Outros – PMSO, no limite estabelecido na Empresa de Referência da ANEEL; aumentar o nível de adimplência de consumidores; assegurar índice e padrões de qualidade de serviços prestados aos consumidores, conforme estabelecido no contrato de concessão; assegurar nível de perdas de energia elétrica, dentro do limite regulatório estabelecido pela ANEEL; realizar investimentos em expansão, operação e manutenção das instalações elétricas, observando o compromisso de melhoria da qualidade do fornecimento de energia elétrica aos consumidores; realizar investimentos no Programa Luz para Todos, para cumprir as metas de ligação de unidades consumidoras na área rural, estabelecidas pelo Governo Federal; aprimorar metas de gestão, melhoria do clima organizacional e a maximização da rentabilidade dos investimentos.

No exercício de 2009, seguindo os objetivos estratégicos e empresariais, definidos no novo modelo de gestão estabelecido para as Empresas de Distribuição da Eletrobras, foi elaborado o Plano de Melhoria de Desempenho – PMD, com metas e ações. É importante salientar a implementação de novas práticas de governança corporativa com foco na competitividade empresarial, tais como:

Melhoria da estrutura de capital das empresas, acarretando significativa redução das despesas financeiras;

Implantação de nova estrutura organizacional, aderente à Empresa de Referência estabelecida pela ANEEL;

Gerenciamento centralizado de compra de materiais, com sensível redução de custo;

Gestão centralizada na revisão tarifária;

Parceria com o Banco Mundial, em projetos de infra-estrutura, melhorias operacionais e combate às perdas de energia elétrica;

Avanço considerável no Programa Luz para Todos;

Gerenciamento centralizado das questões jurídicas;

Combate à inadimplência, com foco na diminuição do estoque dos débitos em atraso.

O resultado do exercício de 2009 da ELETROACRE fechou com um prejuízo de R\$13,489 milhões, devido à baixa das contas a receber, na qual constatou-se a impossibilidade de recebimento como também, à baixa de R\$21.323 mil referentes ao ICMS, de substituição tributária na compra de energia, impactando negativamente o desempenho econômico do período.

O Programa Luz para Todos, que importou um investimento de R\$49.4 milhões, do total previsto de R\$ 65.0 milhões, propiciou a inclusão social de 6.635 famílias, representando 135% da meta física prevista para o exercício de 2009.

Conscientes dos desafios de 2010, cujo ambiente econômico é promissor, porém, existem grandes obstáculos a serem vencidos para levar energia com qualidade e modicidade tarifária a nossa área de concessão, que vem crescendo a taxas médias significativas. Nesse cenário, concentraremos os esforços na manutenção e melhoria dos serviços prestados aos clientes, com disciplina financeira e técnico-operacional, de modo a honrar os compromissos assumidos com os clientes, acionistas, e fornecedores.

IDENTIFICAÇÃO

DADOS IDENTIFICADORES DA UNIDADE JURISDICIONADA

Poder e órgão de vinculação	Poder Executivo - Ministério de Minas e Energia
Denominação Completa	Companhia de Eletricidade do Acre
Denominação abreviada	Eletroacre
Vinculação Ministerial	Ministério de Minas e Energia
Código SIORG: 60701	Código LOA: NA Código SIAFI: NA
Situação	Ativa
Natureza jurídica	Sociedade de Economia Mista
Principal Atividade	Distribuição de Energia Elétrica Código CNAE: 3514-0/00
Telefone/Fax de contato	068 3212-5700
Página da Internet	http://www.eletoacre.com.br
Endereço Eletrônico	www.solangec@eletoacre.com.br
Endereço Postal:	Rua – Valério Magalhães, nº 226 – Bairro: Bosque – CEP: 69909710

Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Normativos de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada:

A Companhia de Eletricidade do Acre Criada pela Lei Estadual nº 60/1965, e autorizada a funcionar por meio do Decreto nº 63.121/1968.

Contrato de Concessão do órgão regulador nº 06/2001 – Aneel, autorizada a explorar até 07/2015 a distribuição de energia elétrica no Estado do Acre

Outras Normas Infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada

Estatuto Social de 30 de maio de 2008

Regimento Interno de 2007

Manual de Organização publicado internamente janeiro de 2010

NGA 001/1998, REV 11/2006 – Elaboração e Revisão de Normas Internas

NPA 004/2005, REV 02/2008 – Reembolso parcial de Benefício/Incentivo a Cursos de Reembolso parcial de Benefícios/incentivo a Cursos de Graduação e Pós-Graduação

NPA 006/2005, REV 05/2008 – Procedimentos de Assistência e Benefícios (Instrução Normativa e Tabela Odontológica)

NGT 001/2006, REV 01/2008 – Atendimento das solicitações de serviços (Res. 007/2008)

NPT 001/2001 – Ressarcimento de danos

IN 001/2008 – Incorporação de gratificação de função

IN 002/2008 – Procedimento de Fundo Fixo

IN 003/2009 – Instrução normativa de ressarcimento de danos

NGF 002/2006 – Inspeção da medição e do padrão de entrada de unidades consumidoras

atendidas em alta tensão e detecção de procedimentos

NGF 003/2006 – Faturamento da Irregularidade

NGF 004/2006 – Procedimentos para a geração de campanhas de inspeção de unidade consumidoras

NGF 005/2006 – Gestão do Processo de Corte por falta de pagamento

NGF 006/2006 – Detecção e Regularização de Ligações Clandestinas

NGF 007/2006 – Inspeção da medição e do padrão de entrada de Unidades consumidoras atendidas em baixa tensão e detecção de procedimento

NGF 008/2006 – Faturamento das unidades consumidoras do grupo

NGF 009/2003, REV 01/2006 – Norma de cadastramento e controle físico contábil de equipamentos gerais (Res 119/2003)

NGF 009/2006 – Faturamento das unidades consumidoras do grupo B

NGF 010/2006 – Faturamento por média por três ciclos consecutivos

NGF 011/2006 – Procedimentos para impressão de faturas do Grupo

NPF 001/2003, REV 01/2006 – Norma de parcelamentos de débitos de consumo de energia elétrica

NPF 001/2006 – Procedimentos para negociações de recuperação de faturamento

NPF 002/2006 – Recebimento de denúncia de procedimento irregular e de ligações clandestinas

NPF 003/2006 – Denúncia de fornecimento de energia elétrica p/ terceiros

NPF 004/2006 – Procedimento para suspensão de fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento (geração da ordem de serviço de corte)

NPF 005/2006 – Processo de cobrança administrativa – inclusão de clientes no cadastro de serviço de proteção ao crédito - SPC

NPF 006/2006 – Encerramento de ordem de serviço de corte por pagamento de fatura

NPF 007/2006 – Cálculo das diferenças de consumo nos casos de faturamento do procedimento irregular

NPF 008/2006 – Controle diário do faturamento

NPF 009/2006 – Reclamação por valores faturados por média

NPF 009.1/2003, REV 01/2006 – Normas de procedimentos de atos relacionados à NGF 009/2003, ver 001/2006

NPF 010/2006 – Reclamação por erro de leitura

NPF 011/2006 – Reclamação por fatura de energia elétrica não entregue

NF 003/2005 – Norma de Procedimentos interno de informática

DG-MS-07/N-001 – Viagem no País

Manuais e Publicações relacionadas às Atividades da Unidade Jurisdicionada

Relatório Sócio-ambiental de 2009

Manual de Contabilidade do Serviço Público – Resolução Aneel nº 444/2001

Lei nº 6404/1976 – Lei das Sociedades Anônimas

Lei nº 11.638/2008 – Alteração da Lei 6.404/1976

Resolução Aneel nº 367/2009/Resolução nº 364/2009

Resolução Aneel nº 485, de 29 de agosto de 2002

Resolução Aneel nº 246, de 30 de abril de 2002

Resolução nº 61, de 29 de abril de 2004

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras Relacionadas

Código SIAFI	Nome
Não se aplica (N.A)	NA
N.A	NA

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI	Nome
Não se aplica (N.A)	NA
N.A	NA

2 – OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

2.1 – RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A Eletroacre, hoje denominada, Eletrobras Distribuição Acre, foi criada em 17 de dezembro de 1965, através da Lei Estadual n.º 60, sendo constituída mediante Escritura Pública, em 20 de abril de 1966, e autorizada a funcionar como empresa de energia elétrica em 20 de agosto de 1968, nos termos do Decreto Federal nº 63.121.

A Empresa foi criada com o objetivo de explorar a concessão dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, por meio do Contrato de Concessão nº 006/2001, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com prazo de vigência até 07 de julho de 2015, e seu primeiro Aditivo celebrado no ano de 2005, que estabeleceu novas regras quanto às Tarifas Aplicáveis na Prestação dos Serviços, buscando um atendimento adequado aos consumidores e preservando os direitos e deveres de ambas as partes.

A Eletrobras Distribuição Acre, a partir de 1º de janeiro de 1981, firmou contrato de suprimentos com a ELETRONORTE, com a responsabilidade de gerar energia, que, atualmente atende aos mercados dos municípios de Rio Branco, Senador Guiomard, Plácido de Castro, Porto Acre, Bujari, Capixaba, Brasiléia, Epitaciolândia, Xapuri, Sena Madureira, Acrelândia e das Vilas Redenção e Campinas.

Em 17 de setembro de 1997, passou a ser administrada de forma compartilhada, por força do contrato de compra e venda de ações, firmado entre Governo do Estado e ELETROBRAS, sendo federalizada em 30 de janeiro de 1998.

Em 29 de dezembro de 1998, através da Resolução nº 449, da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, o Produtor Independente de Energia (PIE), GUASCOR DO BRASIL LTDA, assumiu a responsabilidade de gerar energia elétrica, através de treze sistemas térmicos isolados, para atender aos municípios de Cruzeiro do Sul, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Tarauacá, Jordão, Feijó, Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus, Brasiléia, Sena Madureira, Capixaba, Xapuri, Assis Brasil, Epitaciolândia, Mâncio Lima e Rodrigues Alves. Alguns destes municípios citados acima estão interligados ao sistema atendido pela ELETRONORTE, o que reduziu, atualmente, a responsabilidade da GUASCOR para nove sistemas isolados.

Dentro de sua área de concessão, a Eletrobras Distribuição Acre desempenha papel importantíssimo, junto à sociedade acriana, no desenvolvimento do Estado, por meio de obras, que inclui a construção, a ampliação e/ou reforma de redes elétricas urbanas e rurais, de forma a melhorar a qualidade da energia elétrica fornecida.

2.2 – PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Empresa está presente, atualmente, em 24 localidades, 22 municípios e 2 Vilas: Rio Branco (capital), Acrelândia, Assis Brasil, Brasiléia, Bujari, Capixaba, Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia, Feijó, Jordão, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Plácido de Castro, Porto Acre, Porto Valter, Rodrigues Alves, Santa Rosa do Purus, Senador Guiomard, Sena Madureira, Tarauacá, Xapuri e Vila Campinas e Redenção.

O Sistema Eletronorte no Acre foi integrado ao Sistema Interligado Nacional (SIN), em 23 de outubro de 2009, correspondente a 84% do atendimento em toda a área de concessão, e o sistema Elétrico

ELETROACRE/Guascor é composto por sistemas isolados no interior do Estado, cujo parque gerador é formado por nove usinas termelétricas, sendo responsável por 16% da demanda no Acre.

2.3 – RECURSOS APLICADOS EM INVESTIMENTOS

No exercício de 2009, a Eletroacre realizou investimento total no valor de R\$176.613.100,86, assim distribuídos:

- R\$115.617,3mil em Programa de Implantação do Sistema de Transmissão;
- R\$5.574,5mil em Ampliação da RD Urbana de Energia Elétrica, melhorando dessa forma à demanda crescente do mercado de energia no Estado do Acre;
- R\$2.894,6 mil em Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica no Acre: alterações nos projetos básicos, licitações e a redução dos recursos para investimentos foram às principais causas da realização do total das ações do projeto.
- R\$49.458,8 mil no Programa Luz Para Todos, cujas fontes de recursos são 80% da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, através da subvenção econômica, e 20% da Eletrobras Distribuição Acre. Esse Programa efetivou 6.635 novas unidades consumidoras, através da construção de 1.700 km de Rede de Distribuição de Energia Elétrica, com a implantação de 13.294 postes. A meta física deste projeto foi superada, no entanto, a meta financeira ficou abaixo do previsto tendo em vista o fracasso da licitação para a contratação de 2.910 sistemas solares fotovoltaicos domiciliares, aliado com o período de chuvas prolongado.
- R\$134,0 mil na Subestação Taquari - no exercício de 2009, foi elaborado apenas o projeto executivo da obra, ficando sua execução para o exercício de 2010, após a liberação do licenciamento ambiental.
- R\$3,3 mil na Manutenção de Bens Imóveis;
- R\$395,8 mil na Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos;
- R\$2.534,8 mil na Manutenção de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.

Programa de Investimentos (R\$ Mil)

PROJETO	ORÇAMENTO		
	APROVADO	REALIZADO	%
Implantação do Sistema de Transmissão (*)	177.112	115.617	65,28
Ampliação de Rede de Distribuição Urbana	10.382	5.574	53,69
Manutenção do Sistema de Distribuição Energia	15.312	2.895	18,90
Manutenção e Adequação de bens Móveis, Veículos e Maquinas.	1.068	396	37,06
Subestação de Transformação	244	134	54,92
Manutenção de Bens Imóveis	350	3	0,93
Manutenção de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamentos.	9.116	2.535	27,81
Programa Luz para Todos	65.000	49.459	76,09
Total	278.584	176.613	63,40

No que se refere aos Programas Especiais, a Eletrobras Distribuição Acre vem dando continuidade aos Programas Luz Para Todos, Eficiência Energética – PEE, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico – P & D.

2.3.1 – PROGRAMA LUZ PARA TODOS – PLPT

Com o lançamento do Programa Luz para Todos - PLPT, a Eletrobras Distribuição Acre vem envidando esforços para alcançar o audacioso desafio de levar energia elétrica a 100% das localidades rurais do Estado. Com essa energia chegará à modernização, o conforto e novas oportunidades de desenvolvimento para centenas de famílias que vivem no campo.

No ano de 2009, o fracasso do Processo Licitatório para a contratação de 2.910 sistemas fotovoltaicos domiciliares e o ano atípico, com relação ao período de chuvas que se estendeu até o mês de junho, foram os principais causas do não atingimento de metas financeiras previstas para 2009.

Desde o seu início, o PLPT já beneficiou 31.146 famílias, representando 62,30% do que tem que ser atendido, com a construção de 9.354 km de rede de distribuição rural, totalizando um desembolso de R\$ 201,6 milhões, provenientes de capital próprio da Eletrobras Distribuição Acre e de subvenção

econômica da Eletrobras. Demonstramos abaixo a evolução desde o ano de implantação do Programa, em número de ligações e km de redes implantados:

DADOS REALIZADOS - LPT			
ANO	LIGAÇÕES	KM REDE	(R\$ mil)
2005	6.529	1.999,04	23.896
2006	4.939	1.708,00	28.855
2007	6.460	2.642,77	57.177
2008	6.023	1.880,00	42.430
2009	6.635	1.976,60	49.459
TOTAL	30.586	10.206,41	201.817

Desse total, 103 unidades consumidoras foram atendidas em 2007 por fontes renováveis de energia, baseadas em sistemas fotovoltaicos implantados no projeto piloto na Reserva Extrativista Chico Mendes, localizada em Xapuri.

2.3.2 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D)

Em 2009, a Eletrobras Distribuição Acre não desenvolveu nenhum projeto no âmbito de P&D. Quanto à Eficiência Energética foram sorteados 1.500 consumidores que receberão o benefício de troca de sua geladeira ineficiente por uma geladeira nova com baixo consumo de energia. Realizou-se novo pregão para contratação da empresa que fará à visita as unidades consumidoras sorteadas para verificar o enquadramento no Programa. A empresa também fará a entrega e o recolhimento das geladeiras usadas e o envio para a manufatura reversa que dará o destino adequado das peças, óleos e gases, com o intuito de preservar o meio ambiente.

As geladeiras foram adquiridas por meio de pregão eletrônico em uma licitação centralizada envolvendo as seis Empresas Distribuidoras do Grupo Eletrobras.

Relação de Projetos Concluídos em 2009:

Título	Ciclo / Tema da Pesquisa	Executor	Valor Investido (R\$ mil)	Conclusão
--------	--------------------------	----------	---------------------------	-----------

Mapeamento das perdas de energia no parque de medidores de energia elétrica da Eletroacre.	2006/2007 Pesquisa Aplicada	Eficiência Energética	EACRE / INST. BIOTER RA	450,721	Jun/2009
--	-----------------------------	-----------------------	-------------------------	---------	----------

Relação de Projetos Propostos

Título Valor Previsto (R\$ mil)

Sistema híbrido sustentável a biomassa/fotovoltaico para atendimento de consumidores isolados na região norte (mini-usina termo elétrica multifunção)*

4.000,0

Indicadores do Setor Elétrico – PEE

Resumo Geral – Resultados, Ganhos Sociais e Ambientais

Discriminação	Indicador
Projetos concluídos (2000 até 2009)	5 projetos
Substituição de lâmpadas incandescentes de 100w lâmpadas fluorescentes compactas de 23W em unidades consumidoras de baixo poder aquisitivo	11.043 lâmpadas
Treinamento Especializado em Eficiência Energética.	40 profissionais capacitados 120 horas-aula
Curso Técnico de Manutenção em Sistemas de Energia e Eficiência Energética	30 técnicos formados
Eficiência energética em instalações residenciais de baixo poder aquisitivo no município de Rio Branco.	1.500 famílias beneficiadas.
Substituição de 680 refrigeradores em unidades consumidoras de baixo poder aquisitivo	680 famílias beneficiadas.

Relação de Projetos em Andamento

Título	Ciclo / Tipo Projeto	Classe de Consumidores Beneficiados	Valor Previsto (R\$ mil)	Conclusão Prevista
Substituição de 1500 refrigeradores em unidades consumidoras de baixo	2009/2010 Baixa Renda	Residencial Baixa Renda	1.686,3.	Out/2010*

poder aquisitivo em todo o
Estado do Acre.

* Este projeto está em fase de contratação do executor.

2.4 – ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

O Conselho de Administração da Eletrobras estabeleceu 04 (quatro) orientações estratégicas para a transformação e o fortalecimento de todo o Sistema Eletrobras, sendo eles a:

- Aperfeiçoamento da governança corporativa;
- A reorientação dos negócios de distribuição;
- A reformulação institucional da controladora; e
- As reorganizações da gestão empresarial do sistema estão inseridas no Plano de Transformação do sistema Eletrobras - PTSE.

Tal plano abrange a reversão dos prejuízos demonstrados pelas distribuidoras controladas, a apresentação de índices de eficiência e de atendimento aos clientes, de acordo com as exigências da ANEEL e a atuação do Sistema Eletrobras no exterior, recentemente autorizada por lei, no sentido de operar na integração energética entre o Brasil e os países da América Latina. Além disso, buscar oportunidades de negócios rentáveis em outros países, favorecendo as exportações brasileiras de bens e serviços e, desse modo, ampliando o mercado interno de energia elétrica.

O Plano de Transformação do Sistema Eletrobras é formado pelo tripé: integração, rentabilidade e competitividade. Composto por quatro vetores de atuação, o plano tem ao todo 41 projetos, alguns deles já concluídos, alinhados com a Lei nº 11.651 de sete de abril de 2008 a qual alterou o estatuto da Eletrobras, autorizando a *holding* a associar-se, diretamente ou por meio de suas controladas, para a constituição de consórcios empresariais no Brasil e no exterior, destinados à exploração da produção ou transmissão de energia, sob regime de concessão ou autorização.

Dentro dos projetos definidos no PTSE consta o Plano Integrado de Gestão de Pessoas, que foi dividido em vários projetos, nos quais citamos: Plano de Desenvolvimento e Capacitação de Pessoas; Plano de

Carreira e Remuneração – PCR, Sistema de Gestão de Desempenho – SGD e desde janeiro de 2010 a Implantação da Nova Estrutura, todos voltados para a gestão por processos.

A Eletrobras Distribuição Acre, junto com as demais Empresas do Sistema está inserida neste novo modelo gestão, que busca otimizar recursos, investir prudentemente, obter tarifas módicas, tudo isso com diretrizes estratégicas estabelecidas através do Contrato de Melhoria de Desempenho Empresarial – CMDE estabelecido para o quadriênio 2010-2014.

2.5 – ANÁLISE DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA ENTIDADE

Na ocorrência do I Seminário das Empresas de Distribuição da Eletrobras, foram analisados os cenários, considerando-se as particularidades de cada Empresa. Os principais gestores de todas as empresas foram envolvidos na elaboração do Plano de Melhoria de Desempenho - PMD 2009, considerando as diretrizes estratégicas, financeiras e não-financeiras.

O Plano de Melhoria de Desempenho foi estruturado com base nos seguintes direcionamentos estratégicos, estabelecidos para as Empresas de Distribuição da Eletrobras - EDEs, com foco na melhoria da qualidade do serviço e no resultado econômico e financeiro, apresentados a seguir:

Temas focados:

PERDAS: Redução de Perdas de Energia Elétrica;

INADIMPLÊNCIA: Redução de Inadimplência e equacionamento de estoque de recebíveis;

LUZ PRA TODOS: Atingimento de metas do Programa Luz para Todos;

QUALIDADE DOS SERVIÇOS: Melhoria da Qualidade dos Serviços;

EXPANSÃO: Expansão da Rede para atender ao crescimento do mercado;

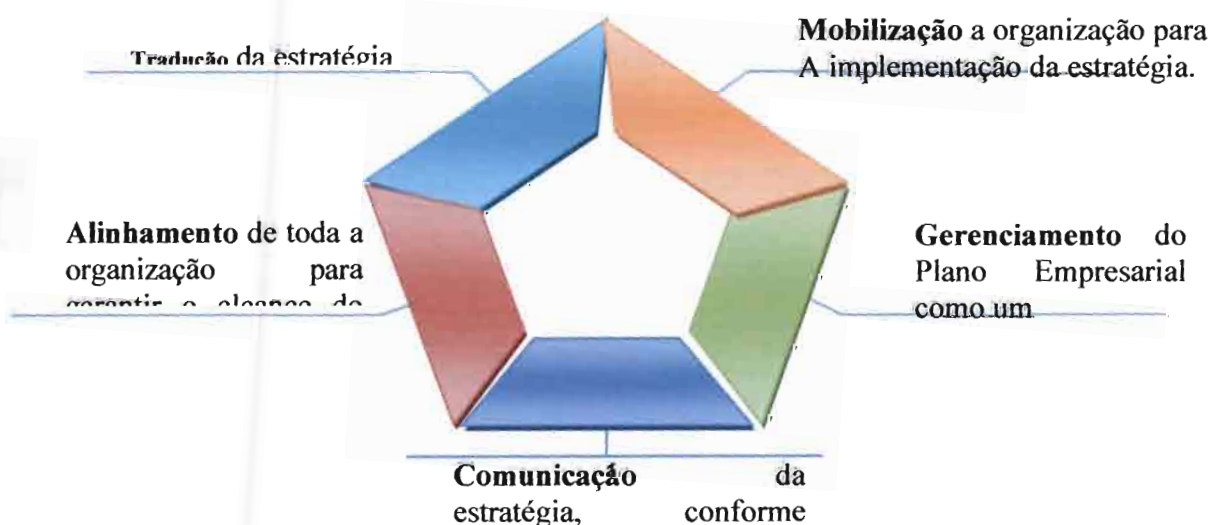
PMSO: Adequar o PMSO à Empresa de Referência definida pela ANEEL;

PPE e P&D: Vinculação dos projetos de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento aos objetivos empresariais das EDEs e à aprovação da ANEEL;

TI: Renovação da Tecnologia da Informação; e

Outra importante análise refere-se ao ajuste do negócio ao modelo de Empresa de Referência estabelecido pela ANEEL, considerando os ciclos de revisões tarifárias das distribuidoras de energia elétrica do país que, em linhas gerais, consiste numa empresa buscar uma posição de mais baixo custo dos seus processos, realizando investimentos prudentes e mantendo o nível de qualidade esperado pelos seus consumidores. Este documento apresenta os demais direcionamentos estratégicos que nortearam o desenvolvimento do Plano de Melhoria de Desempenho – PMD 2009 das EDEs.

O processo de Planejamento Empresarial foi alicerçado nos seguintes princípios:



2.6 – RESULTADOS ALCANÇADOS

Para atendimento ao seu objetivo, vinculado a distribuição de energia elétrica do Estado do Acre, a Empresa aplicou no seu programa de investimento durante o exercício o montante de R\$176.613 mil, dos quais R\$49.458 mil, que representa 28% deste total, foram aplicados na execução de obras de eletrificação rural relativo ao Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – “Luz Para Todos” e o restante, 72% foram investidos nos demais Programas.

No que diz respeito ao Programa de custeio e desempenho financeiro, no exercício de 2009, a Receita Operacional Líquida da Eletrobras Distribuição Acre foi de R\$ 198.376 mil, superior em 28,48 % à

apurada no exercício anterior de R\$ 154.402 mil. Esse incremento foi influenciado pelo aumento de mercado, redução de perdas e recuperação de faturamento.

O LAJIDA calculado a partir do resultado do serviço e acrescido da depreciação e amortização diminuiu de R\$ 22.560 mil em 2008, para 10.475 mil em 2009, representando uma redução de 53,57% de sua capacidade de geração de caixa.

O endividamento é composto basicamente por financiamentos vinculados à moeda nacional, tendo como fonte recursos ordinários e RGR, com garantia vinculada à receita própria da empresa. A dívida, na posição de 31.12.2009, atingiu o montante de R\$31,2 milhões. Do total, R\$11,9 milhões tem seu vencimento no curto prazo e R\$19,3 milhões no longo prazo.

Em 2009, ocorreu uma significativa redução na conta Empréstimos e Financiamentos (no curto e longo prazo), em função da reestruturação do capital das empresas distribuidoras, meta estabelecida pelo Plano de Transformação da Eletrobras, como forma de fortalecer a Governança Corporativa do Sistema, assim, as dívidas concedidas com recursos ordinários foram transformados em adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, conforme comunicado ao mercado feito pela Eletrobras no dia 30 de outubro de 2009.

No exercício de 2009, a Eletrobras Distribuição Acre apresentou prejuízo nas suas demonstrações contábeis no valor de R\$13.489 mil, devido à baixa das contas a receber no qual constatou-se a impossibilidade de recebimento como também, devido à baixa de R\$21.323 mil referentes à ICMS, de substituição tributária na compra de energia, impactando negativamente o desempenho econômico do período.

2.7 – PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

O Orçamento de Investimento da Eletrobras Distribuição Acre está inserido em Programas do Ministério de Minas e Energia – MME. O quadro abaixo apresenta os principais programas realizados no exercício de 2009, quais sejam:

Programas de Investimentos

Ação	Descrição	Valor realizado (R\$)
25.752.1042.125.20012	Implantação do Sistema de Transmissão no Acre	115.617.333,18

25.752.1042.8778.0012	Ampliação de Rede de Distribuição Urbana de Energia Elétrica no Acre	5.574.474,00
25.752.1042.4877.0012	Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica no Acre	2.894.578,00
25.752.0273.11X8.0012	Programa Luz Para Todos	49.458.830,00
25.752.0807.4101.0012	Manutenção de Bens Imóveis	3.270,00
25.122.0807.4102.0012	Manutenção de Adequação de Bens Móveis, veículos. Máquinas e Equipamentos	395.787,00
25.752.1042.105D.0012	Subestação de Transformação - Taquari	134.008,00
25.126.0807.4103.0012	Manutenção de Ativos de Informática, informação e Teleprocessamento	2.534.821,00
Total		176.613.101,00

O Valor correspondente a ação “Implantação do Sistema de Transmissão no Acre” no valor de R\$ 115.617.333,18 corresponde ao pagamento dos ativos da Eletronorte, considerados bens de Distribuição. Por tratar-se de transferência de ativos com ônus, esta ação não foi cadastrada, por entender-se que no SIGPLAN são cadastradas as obras a serem realizadas.

3 - DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1 - Resultado Operacional

A Eletrobras Distribuição Acre encerrou o exercício de 2009 com um prejuízo econômico de R\$ 13.489 mil devido à baixa das contas a receber, no qual constatou-se a impossibilidade de recebimento, sendo lançado no resultado do exercício, correspondendo ao valor de R\$21.323 mil, o que veio impactar negativamente a desempenho econômico neste exercício.

Demonstrativo do Resultado Consolidado (R\$ mil)

	2009	2008 Reclassificado
Receita Líquida	198.376	154.402
Despesas Operacionais	(197.794)	(144.128)
Resultado Operacional	582	10.274
EBITIDA	13.580	22.561
Resultado Financeiro	(8.895)	(8.204)

Resultado Antes dos Impostos e Contribuições	(8.313)	2.070
Provisão IR, CS e Participações	(1.751)	(1.918)
Lucro / Prejuízo do Exercício	(10.064)	152

3.2 - Receita Operacional

A Receita Operacional Líquida variou positivamente 28,48% em relação ao exercício de 2008, devido ao reajuste tarifário acontecido em novembro/08, por meio da Resolução Homologatória 744/08, que cresceu em média 11,19%, além do crescimento no número de consumidores ligados em 2009, que em comparação a 2008 cresceu 6,97%.

Receitas Operacionais (R\$ mil)

	2009	2008	%
Fornecimento (Importe)	269.491	208.178	29,45
Suprimentos	1.496	1.215	23,12
Disponibilidade de Transmissão e Distribuição	15.287	14.814	3,19
Outras Receitas	7.796	6.594	18,22
Total	294.070	230.801	27,41

3.3 - Deduções à Receita

As Deduções à Receita foram de R\$95,7 milhões no exercício de 2009, comparados a R\$76,4 milhões de 2008, uma variação positiva de 25,26%. Os componentes que mais cresceram foram a Quota RGR (79,34%) e o P&D (32,71%).

A dedução à receita referente à CCC foi de R\$4,6 milhões, no exercício de 2009, que comparando-se aos R\$4,2 milhões do exercício de 2008, representa um aumento de 7,41%. A CCC refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado, rateados entre as concessionárias de energia elétrica de todo o Brasil. Por ser um custo não controlável, o valor

registrado referente aos serviços de distribuição de energia elétrica corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa.

A dedução à receita, referente à RGR, foi de R\$ 2,2 milhões, no exercício de 2009, que comparada aos R\$1,2 milhões no exercício de 2008, representa uma variação de 79,34%.

3.4 - Despesas Operacionais

Custos Não Gerenciáveis (Parcela A)

A despesa com energia elétrica comprada para a revenda, no exercício de 2009, foi de R\$94,5 milhões, comparada a R\$75,6 milhões do exercício de 2008, representa um aumento de 25,06%. Esse é um custo não gerenciável, uma vez que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados CVA) utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente realizados são compensados nos reajustes tarifários subsequentes, sendo registrados no ativo ou passivo.

Custos Gerenciáveis (Parcela B)

A despesa total com pessoal, no exercício de 2009, foi de R\$26,9 milhões, comparados aos R\$14,2 milhões, do exercício de 2008, apresenta um acréscimo de 88,94%. Esse resultado decorreu, principalmente, do aumento no número de empregados do quadro próprio, que passou de 236 para 272, e, ainda, pelo reconhecimento das despesas com previdência privada.

A despesa com amortização e depreciação foi de R\$12,9 milhões no exercício de 2009, cujo valor comparado aos R\$12,2 milhões no exercício de 2008, representa um aumento de 5,78%, decorrente, principalmente, dos bens de transmissão transferidos da Eletronorte e do Programa Luz para Todos.

3.5 - Programa de Dispêndios Globais - PDG

O Programa de Dispêndios Globais – PDG (2009) da ELETROACRE, aprovado pela Eletrobras e pelo DEST, compreendeu as seguintes dotações econômico-financeiras e respectivas realizações:

PDG – Econômico (R\$ mil)

CONTAS	DESCRIÇÃO	APROVADO	REALIZADO
1	RECURSOS		
		596.788	592.660
101	Receita Operacional	356.037	373.329
102	Recursos Não Operacionais	80.238	27.219
103	Recursos Patrimônio Líquido	140.339	192.112
104	Recursos Financeiros LP	20.174	-
105	Outros Recursos	-	-
2	DISPÊNDIO		
		620.880	522.828
201	Investimentos	278.584	176.613
202	Amortização Financiamentos LP	1.441	1.441
203	Amortização Empréstimos CP	-	-
204	Encargos Financiamentos LP	3.675	3.413
205	Encargos Empréstimos CP	4.460	4.726
211	Dispêndios Operacionais	332.719	336.610
212	Dispêndios Não Operacionais	-	24

PDG – Financeiro (R\$ mil)

CONTAS	DESCRIÇÃO	APROVADO	REALIZADO
1	RECURSOS		
		520.734	337.566
101	Receita Operacional	280.974	296.362
102	Recursos Não Operacionais	79.248	26.204
103	Recursos Patrimônio Líquido	140.339	15.000
104	Recursos Financeiros LP	20.174	-
105	Outros Recursos	-	-
2	DISPÊNDIO		
		523.247	337.591

201	Investimentos	253.325	63.259
202	Amortização Financiamentos LP	1.441	1.441
203	Amortização Empréstimos CP	-	-
204	Encargos Financiamentos LP	900	829
205	Encargos Empréstimos CP	-	-
211	Dispêndios Operacionais	267.581	272.061
212	Dispêndios Não Operacionais	-	-
213	Valores de Terceiros	-	-
3	DISPONÍVEL	2.512	24.836
111A	CAIXA INICIAL	11.870	11.870
111B	CAIXA FINAL	9.358	11.846

3.6 - Geração de Caixa (EBITIDA)

A geração de caixa no exercício de 2009, medida pela EBITIDA, atingiu R\$13,6 milhões, o que representa uma redução de 39,8%, quando comparado a 2008.

O caixa no final do exercício foi de R\$11,84 milhões, comparado a R\$11,87 milhões em 2008, representa uma redução de R\$ 0,03 milhões. O Resultado Financeiro permaneceu negativo em R\$8,9 milhões, um acréscimo de 8,42% em relação ao resultado do exercício 2008, de R\$8,2 milhões.

4 - Programação Orçamentária

Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)

Não se Aplica à natureza jurídica da UJ por não fazer parte dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal que estão inclusos no Orçamento Fiscal e de Seguridade Social.

Programação de Despesas Correntes (R\$ mil)

Programa de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		1 - Pessoal e Encargos Sociais		2 - Juros e Encargos da Dívida		3 - Outras Despesas Correntes	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA	15.833.074	19.492.345	5.549.344	8.135.477	268.711.609	337.772.773
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total		15.833.074	19.492.345	5.549.344	8.135.477	268.711.609	337.772.773

Programação de Despesas de Capital (R\$ mil)
Programa de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		4 - Investimentos		5 - Inversões Financeiras		6 - Outras Despesas de Capital	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA	77.552.272	278.584.016	-	-	10.651.218	1.441.441
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total		77.552.272	278.584.016	-	-	10.651.218	1.441.441

Quadro resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Não se aplica à natureza jurídica da UJ por não fazer parte dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal

Movimentação Orçamentária Por Grupo de Despesa

Não se Aplica à natureza jurídica da UJ por não fazer parte dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal que estão inclusos no Orçamento Fiscal e de Seguridade Social.

Despesa Corrente por Grupo ou Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa							
	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 - Despesas de Pessoal	15.533.074	19.492.345	-	-	-	-	14.275.894	26.829.885
Pessoal	6.309.700	6.608.810	-	-	-	-	6.539.555	9.738.043
Encargos Sociais	4.745.637	4.204.159	-	-	-	-	3.370.216	4.423.314
Outras despesas com pessoal	4.477.737	8.679.376	-	-	-	-	4.366.123	12.668.528
2 - Juros e Encargos da Dívida	5.549.344	8.135.477	-	-	-	-	9.073.037	8.138.625
Juros e Encargos	2.713.074	3.675.476	-	-	-	-	3.280.572	3.413.005
Variáveis monetárias	2.836.270	4.460.001	-	-	-	-	5.792.465	4.725.620
	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	268.711.609	337.772.773	-	-	-	-	223.563.032	272.680.950
Combustível para produção energia	90.313.756	84.550.836	-	-	-	-	88.691.805	74.899.965
Energia comprada para revenda	90.404.030	88.953.253	-	-	-	-	75.611.762	94.558.010
Outras despesas correntes	87.993.823	164.268.684	-	-	-	-	59.259.465	103.222.974

4.1 – Execução Orçamentária de créditos originários da UJ

Despesas por Modalidade de Contratação

Não se Aplica à natureza jurídica da UJ por não fazer parte dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal que estão inclusos no Orçamento Fiscal e de Seguridade Social.

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Não se Aplica à natureza jurídica da UJ por não fazer parte dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal que estão inclusos no Orçamento Fiscal e de Seguridade Social.

4.2 – Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 25.752.1042.8778.0012			Denominação: Ampliação de RD Urbana de Energia Elétrica no Acre			
Dotação		Despesas Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
01/01/09	31/12/09	10.382.100			5.574.474	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	%	31/12/09	0%	53%	100%	53%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Valor pago / valor Empenhado						
Análise do Resultado Alcançado:						
Atraso na contratação dos recursos financeiros necessários ao atendimento, aliado ao verão atípico na região, fazendo que os recursos fossem mais voltados à recuperação do sistema.						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 25.752.1042.4877.0012			Denominação: Manut. do Sistema de Distrib. de Energia Elétri. no Acre			
Dotação		Despesas Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
01/01/09	31/12/09	15.312.200			2.894.578	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	sem indicador					
Fórmula de Cálculo do Índice:						
sem indicador						
Análise do Resultado Alcançado:						
O principal fato que impediu uma maior realização das obras de Manutenção do Sistema de Distribuição foi o atraso no processo licitatório considerando a nova modalidade de compras centralizada das Empresas Distribuidoras, que visa uma maior competitividade e ganhos na aquisição de materiais. Além disso, a falta de mão-de-obra qualificada para execução dos serviços, principalmente na parte gerencial, também foi fato determinante para a não realização do programa de manutenção.						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 25.752.0273.11X8.0012			Denominação: Programa Luz para Todos			
Dotação		Despesas Empenhada	Despesa Liquidada	Restoa a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
01/01/09	31/12/09	65.000.000			49.458.830	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	unidade consumidora	31/12/09	4.916	6.635	100%	135%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
quantidade final / quantidade prevista						
Análise do Resultado Alcançado:						
Não houve fatos que afetaram o cumprimento do meta física inicial						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 25.122.0807.4101.0012			Denominação: Manutenção de Bens Imóveis			
Dotação		Despesas Empenhada	Despesa Liquidada	Restoa a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
01/01/09	31/12/09	350.000			3.270	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	sem indicador					
Fórmula de Cálculo do Índice:						
sem indicador						
Análise do Resultado Alcançado:						
Considerando a baixa disponibilidade de recursos próprios para investimentos, foi dada prioridade para outras ações que tem como foco principal a redução de perdas e da inadimplência. Em 2009 foi realizado apenas a elaboração dos projetos, ficando a execução das obras e aquisições para o exercício de 2010.						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 25.126.0807.4103.0012		Denominação: Manut. de Ativos de Informática, Informação e Teleproc.				
Dotação		Despesas Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
01/01/09	31/12/09	9.116.000			2.534.821	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	sem indicador					
Fórmula de Cálculo do Índice:						
sem indicador						
Análise do Resultado Alcançado:						
O principal fato que afetou o cumprimento do cronograma inicial foi a demora na aprovação do pedido de revisão orçamentária, que só ocorreu em dezembro/09, impedindo a liberação dos processos de aquisições e contratações.						

5 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS

5.1 - Evolução de Gastos Gerais

O quadro abaixo evidencia os principais gastos ocorridos (despesas pagas) ao longo dos últimos 3 (três) anos:

DESCRIÇÃO	ANO		
	2.007	2.008	2.009
1 Passagens	253.545,10	384.568,21	345.989,83
2 Diárias e Ressarcimento de Despesas em Viagens	196.885,08	182.814,89	291.311,19
3 Serviços Terceirizados			
3.1 Publicidade	220.899,03	189.745,14	243.306,09
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	441.681,24	453.809,52	1.063.459,20
3.3 Tecnologia da Informação	272.105,60	515.240,71	342.341,43
3.4 Suprimento de Fundos	132.994,75	140.032,01	108.795,61
4 Cartão de Crédito Corporativo	-	-	-
Total	1.518.110,80	1.866.210,00	2.395.203,35

6. EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE JURISDICIONADA

Abaixo realizamos breve relato sobre as ações dos Programas de Investimentos, bem como, considerações sobre os atingimento das metas físicas e financeiras, e também indicação das áreas responsáveis pela execução do Programa.

Implantação do Sistema de Transmissão no Acre:

Data de Início: 01/01/2009

Data de Conclusão: 31/12/2009

Valor Orçado: R\$ 177.111.716,00

Valor Realizado: R\$ 115.617.333,18

Meta Física Prevista: 100%

Meta Física Realizada: 65%

A realização não foi de 100% tendo em vista o Órgão Regulador (ANEEL) não ter aceitado o valor transferido, sendo necessário, portanto, fazer ajuste para o valor reconhecido na base de remuneração.

Áreas Responsáveis pelo Projeto: Departamento de Operação da Distribuição

Ampliação de Rede de Distribuição Urbana de Energia Elétrica no Acre:

Data de Início: 01/01/2009

Data de Conclusão: 31/12/2009

Valor Orçado: R\$10.382.100,00

Valor Realizado: R\$5.574.474,00

Meta Física Prevista: 100%

Meta Física Realizada: 73%

Atraso na contratação dos recursos financeiros necessários ao atendimento, aliada ao verão atípico na região, fazendo que os recursos fossem mais voltados à recuperação do sistema.

O principal objetivo é o atendimento a novos consumidores e regularização do atendimento aos consumidores clandestinos com a conseqüente redução de perdas técnicas e comerciais.

Áreas Responsáveis pelo Projeto: Departamento de Serviços da Distribuição

Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica no Acre:

Data de Início: 01/01/2009

Data de Conclusão: 31/12/2009

Valor Orçado: R\$15.312.200,00

Valor Realizado: R\$2.894.578,00

O principal fato que impediu uma maior realização das obras de Manutenção do Sistema de Distribuição foi o atraso no processo licitatório, considerando a nova modalidade de compras centralizada das Empresas Distribuidoras, que visa uma maior competitividade e ganhos na aquisição de materiais. Além disso, a falta de mão- de- obra qualificada para execução dos serviços, principalmente na parte gerencial, também foi fato determinante para a não realização do programa de manutenção. Garantir e melhorar a qualidade do fornecimento de energia e redução de perdas comerciais e técnicas é o principal objetivo desta ação.

Áreas Responsáveis pelo Projeto: Departamento de Manutenção

Programa Luz Para Todos:

Data de Início: 01/01/2009

Data de Conclusão: 31/12/2009

Valor Orçado: R\$65.000.000,00

Valor Realizado: R\$49.458.830,00

Meta Física Prevista: 4.916 Unidades Consumidoras

Meta Física Realizada: 6.635 Unidades Consumidoras em 2009.

Em continuidade ao Programa Luz para Todos a Eletrobras Distribuição Acre, realizou ligações em todo o Estado levando aos moradores do campo o acesso ao serviço público de energia elétrica, proporcionando à população rural o aumento de sua produção agrícola, a valorização da propriedade e o aumento da renda familiar, além de contribuir para a permanência do homem no campo, melhorando sua qualidade de vida.

Foram atendidas 6.635 novas unidades consumidoras, através da construção de 1.700 km de rede rural de distribuição de energia elétrica, com a implantação de 13.294 postes, envolvendo a aplicação de recursos na ordem de R\$49,4 milhões.

Desde o seu início, o PLPT já beneficiou 31.146 famílias, com a construção de 9.354 km de rede de distribuição rural, totalizando um desembolso de R\$201,6 milhões, provenientes de capital próprio da ELETROACRE e de subvenção econômica da Eletrobras. Desse total, 103 unidades consumidoras foram atendidas em 2007 por fontes renováveis de energia, baseadas em sistemas fotovoltaicos implantados no projeto piloto na Reserva Extrativista Chico Mendes, localizada em Xapuri.

Áreas Responsáveis pelo Projeto: Coordenação do Programa Luz para Todos

Manutenção de Bens Imóveis:

Data de Início: 01/01/2009

Data de Conclusão: 31/12/2009

Valor Orçado: R\$350.000,00

Valor Realizado: R\$3.270,00

Considerando a baixa disponibilidade de recursos próprios para investimentos, foi dada prioridade para outras ações que tem como foco principal a redução de perdas e da inadimplência. Em 2009, foi realizada apenas a elaboração dos projetos, ficando a execução das obras e aquisições para o exercício de 2010.

Áreas Responsáveis pelo Projeto: Departamento de Administração

Manutenção de Adequação de Bens Móveis, veículos. Máquinas e Equipamentos

Data de Início: 01/01/2009

Data de Conclusão: 31/12/2009

Valor Orçado: R\$1.068.000,00

Valor Realizado: R\$395.787,00

Atraso no processo licitatório na compra de viaturas tendo em vista a falta de proposta de licitantes no primeiro certame, aliado a baixa disponibilidade de recursos para investimento. Seu principal benefício é melhorar a qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Áreas Responsáveis pelo Projeto: Departamento de Serviços da Distribuição

Subestação de Transformação – Taquari

Data de Início: 01/01/2009

Data de Conclusão: 31/12/2009

Valor Orçado: R\$ 44.000,00

Valor Realizado: R\$134.008,00

Meta Física Prevista: 100%

Meta Física Realizada: 55%

O fato que está provocando atraso na execução da obra é a localização do terreno. Inicialmente o terreno previsto não teve sua aquisição efetivada. Seu benefício é o aumento da confiabilidade do Sistema de Distribuição e redução de sobrecarga das subestações de Tangará e São Francisco. Atendimento ao crescimento de mercado.

Áreas Responsáveis pelo Projeto: Departamento de Operação da Distribuição

Manutenção de Ativos de Informática, informação e Teleprocessamento

Data de Início: 01/01/2009

Data de Conclusão: 31/12/2009

Valor Orçado: R\$9.116.000,00

Valor Realizado: R\$2.534.821,00

O principal fato que afetou o cumprimento do cronograma inicial foi à demora na aprovação do pedido de revisão orçamentária, que só ocorreu em dezembro/09, impedindo a liberação dos processos de aquisições e contratações, sendo o benefício desta ação melhorar a qualidade dos serviços de faturamento e arrecadação, melhoria da qualidade dos serviços oferecidos aos clientes via internet, contribuindo assim para uma maior satisfação dos clientes.

Áreas Responsáveis pelo Projeto: Departamento de Tecnologia da Informação

7 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Abaixo segue as descrições de DEC, FEC e TMA segundo definições do Procedimento de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional (Prodist) - modulo 8 (Qualidade da Energia Elétrica):

DEC: Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (horas) - é o intervalo de tempo em que ocorreu a descontinuidade do fornecimento de energia elétrica (média no período de observação) em cada unidade consumidora do conjunto considerado;

FEC: Freqüência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (Vezez) - é a quantidade de interrupções ocorridas (média no período de observação) em cada unidade consumidora do conjunto considerado;

TMA: Tempo médio de atendimento a ocorrências emergenciais, representando o tempo médio para atendimento de emergência, expresso em minutos.

A fórmula de cálculo para apuração dos indicadores de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Freqüência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), são as seguintes:

Fórmula para calcular o DEC:

$$DEC = \frac{\sum_{t=1}^k Ca(i) \times t(i)}{Cc}$$

Fórmula para calcular o FEC

$$FEC = \frac{\sum_{t=1}^k Ca(i)}{Cc}$$

Ca(i) – Número de Unidades Consumidoras interrompidas em um evento (i), no período de apuração;

t(i) – Duração de cada evento (i), no período de apuração;
k – Número máximo de eventos no período considerado; e
Cc – Número total de unidades consumidoras, do conjunto considerado, no final do período de apuração.

O DEC indica o número de horas (em média) que um consumidor fica sem energia elétrica em um determinado período. O FEC indica quantas vezes (em média) houve interrupção na unidade consumidora. Por meio do controle das interrupções, do cálculo e da divulgação dos indicadores de continuidade de serviços, as distribuidoras, os consumidores e a ANEEL podem avaliar qualidade do serviço prestado e o desempenho do sistema elétrico.

Desempenho da Qualidade

INDICADORES	META 2009	REALIZADO 2009
Duração Equivalente de Interrupção por consumidores – DEC (h)	40,04	51,46
Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor – FEC (vezes)	40,38	44,96

Quanto aos indicadores apresentados - DEC e FEC, conforme demonstrado acima são indicadores de qualidade apurados pela Companhia no fornecimento de energia elétrica, demonstrando a eficiência na distribuição de energia elétrica, sendo acompanhado por metas estabelecidas pelo Órgão Regulador.

Por meio destes indicadores utilizados pela Companhia se constata, tanto, o aspecto de utilidade, pois se pode medir a eficiência da Empresa, a satisfação do Consumidor, quanto à mensurabilidade, pois este fenômeno objeto pode ser auditado através das paralisações que ficam registradas no Sistema.

Os indicadores DEC e FEC apresentados acima mostram a real situação do fornecimento de energia elétrica na área de concessão da Eletroacre, no que tange ao tempo de descontinuidade (DEC) e a frequência de interrupções (FEC). Pode se observar que os valores apurados globalmente, ou seja, para toda a área de concessão da empresa, se encontram dentro dos padrões estabelecidos pelo órgão regulador – ANEEL, porém, dentro desses números, alguns conjuntos de consumidores ultrapassaram

os valores estabelecidos pela ANEEL, sendo esses passíveis de penalidade por parte do órgão regulador.

Outro fator a ser observado é o aumento dos valores apurados se comparados aos anos anteriores. Isso se deve principalmente pelo fato de a empresa ter implantando um novo procedimento para coleta e apuração dos indicadores de continuidade de acordo com as normas internacionais ISO:9000, o que trás maior transparência e credibilidade das informações prestadas pela Eletroacre.

A empresa trabalha o ano de 2010 no intuito de melhorar os seus indicadores, ou seja, diminuir os valores apurados de DEC e FEC, principalmente nos locais que apresentaram valores superiores aos valores padrões estabelecidos pela ANEEL.

6.1 – ANÁLISE DO DESEMPENHO

Indicadores de Desempenho

INDICADORES	2009	2008
• Custo do Serviço / Receita Operacional Líquida	0,69	0,71
Razão Operacional	1,00	0,93
Grau de Endividamento (%)	71	59
Participação do Capital Próprio (%)	29	40
Perfil do Endividamento C. Prazo (%)	27	47
Perfil do Endividamento L. Prazo (%)	73	52
Liquidez Corrente (R\$)	1,37	1,34
Custo Médio Mensal por Empregado (R\$)	8.367	5.134
Receita Operacional Líquida por Empregado (R\$)	729	654
Prazo Médio de Contas a Receber (dias)	12	9
Prazo Médio de Contas a Pagar de Energia (dias)	5	5
EBITIDA	13.580	22.561

7. COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

7.1 – Composição do Quadro de Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários			
Próprios	0		
Requisitados	3		
Celetistas	272	272	639
Cargos de livre provimento			
Jovens Aprendizizes	20		
Estagiários	20		
Estatutários	0		
Não Estatutários	0		
Terceirizados	560		
Total	875		

7.2 – COMPOSIÇÃO E CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS DE 2007, 2008 E 2009.

QUADRO PRÓPRIO						
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	0	-	-	-	-	-
2008	0	-	-	-	-	-
2009	0	-	-	-	-	-
Celetistas (inclusive os cedidos, com/sem ônus)						
2007	243	5.691		348	650	
2008	237	6.125		393	668	
2009	277	8.339		528	861	
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	1	23		3	-	-
2009	1	146		127	-	-

		101			-	-	
2008	2	106			-	-	
2009	3	304			-	-	
Requisitados sem ônus para a UJ							
2007	0	-	-	-	-	-	
2008	0	-	-	-	-	-	
2009	0	-	-	-	-	-	
QUADRO TERCEIRIZADO							
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.
2007	55	991	55	1.355	340	11.973	15
2008	55	1.056	55	1.361	477	10.394	19
2009	59	723	6	1.204	495	9.341	20

7.3 - DEMONSTRATIVOS DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE ÁREA-FIM

Nat.	Contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
			Início	Fim	Médio		Superior		
					AT	EF	AT	EF	
O	003/2008	02.428.472/0001-75	16.01.2008	18.02.2010					A
O	027/2009	05.061.494/0001-38	26.05.2009	26.05.2010					A
O	039/2009	04.593.893/0001-87	01.08.2009	01.08.2010					A
O	038/2009	04.593.893/0001-87	03.08.2009	03.08.2010					A
O	037/2009	84.555.564/0001-80	05.08.2009	05.08.2010					A
O	006/2008-01	02.838.407/0001-18	20.02.2009	20.02.2010					P
O	001/2008-01	08.058.113/0001-50	28.11.2008	29.01.2010					P
O	111/2007-03	04.593.893/0001-87	27.09.2009	27.03.2010					P
O	009/2007-04	01.091.559/0001-37	26.07.2009	26.01.2010					P
O	037/2006-10	04.593.893/0001-87	05.08.2009	05.02.2010					P
O	099/2008-02	01.000.452/0001-36	04.09.2009	04.03.2010					P

Informamos da impossibilidade de estarmos preenchendo as colunas referentes à escolaridade, haja vista não contratarmos pessoas e sim serviços.

7.4 – INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Os indicadores existentes na área de Gestão de Pessoas até o ano de 2009 eram os indicadores sociais internos, não existindo padrões, objetivos e metas fixadas, sendo estes apenas para controle interno da organização.

Em 30.10.2009, a Eletrobras, visando atender aos objetivos estratégicos do Sistema e as Novas Regras de Governança Corporativa, determina que seja elaborado o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE, o qual estabelece as metas, resultados e indicadores específicos para o ciclo de 2010 a 2014.

Indicadores para a área de Gestão de Pessoas:

Índice de satisfação dos Colaboradores – ISC – Será medido por meio de aplicação de pesquisa de Clima Organizacional, sendo uma forma de mensurar o nível de satisfação dos empregados com relação aos aspectos do ambiente organizacional. Tem como *output* um plano de melhoria;

Acidente de Trabalho – Buscar nível zero de acidente de trabalho com empregado próprio;

Aprimorar os Métodos de Gestão – Assegurar melhoria dos métodos de gestão e sinergia entre as empresas. Os indicadores existentes na área de Gestão de Pessoas até o ano de 2009 eram os indicadores sociais internos, não existindo padrões, objetivos e metas fixados, sendo estes apenas para controle interno da organização, os quais podem ser utilizados:

Informações gerais – Utilizado a Identificar percentual de rotatividade, perfil etário, portadores de deficiência, jovens aprendizes, negros em cargo gerenciais, negros em relação ao número de empregados, etc..

Remuneração, benefícios e carreira – Identificar gastos anual/empregados.

Perfil da remuneração – Identificar a percentagem de empregados em cada faixa etária de salários.

Saúde e Segurança no Trabalho – Melhorar e assegurar qualidade de vida do empregado;

Absenteísmo por doença – Identificar os dias não trabalhado por motivo de doença

Desenvolvimento Profissional – Identificar perfil de escolaridade, bem como investimento em desenvolvimento profissional e quantidade de horas treinadas por profissional/ano.

7.5 – ANÁLISE CRÍTICA

Análise crítica sobre a situação dos Recursos Humanos no presente e seus efeitos no médio e longo prazo.

A Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE é uma sociedade por ações e tem suas atividades regidas por estatuto e pela lei nº. 6.604/76 e suas alterações. Tendo como objetivo a distribuição e comercialização de energia elétrica, no âmbito de sua concessão.

Missão: Atuar no mercado de Energia de forma integrada, rentável e Sustentável.

A força de trabalho da empresa, em 31/12/2009 era de 265 empregados, autorizado pela Portaria nº 1.139 de 30.10.2001 – Ministério do Planejamento e conta ainda com 433 terceirizados, que atuam em diversas áreas da empresa. Esse quantitativo adequado as atividades de forma a atender a missão organizacional.

A empresa procura manter a qualidade de seus serviços de forma satisfatória para atender o maior grau de satisfação de seus clientes, para tanto, desenvolve programas de treinamentos e capacitação de sua força de trabalho, procurando mantê-la sempre atualizada nas mais diversas áreas de conhecimento vinculadas à atividade fim da empresa.

Adequação dos quantitativos de área-meio em relação área – fim e necessidade de renovação do quadro próprio de RH no médio e longo prazo e necessidade de redução/ampliação do Quadro de Recursos Humanos, tanto próprios, quanto terceirizados.

Em 2009, foi contratada a empresa de Consultoria – Fundação COGE para elaborar o Dimensionamento Quali-quantitativo da ELETROACRE, que se encontra em fase de conclusão, visando à adequação do quadro dos empregados da empresa e demonstrar a real necessidade de

redução/ampliação do quadro de pessoal. Independentemente desse trabalho, já está previsto e em fase de aprovação um Plano de Demissão Incentivada – PDI com o intuito de renovação do quadro a médio e longo prazo, bem como a elaboração de um cronograma de substituição da mão-de-obra terceirizada que atuam na atividade fim da empresa, para tanto, necessário se faz a ampliação do número da força de trabalho próprio, cuja autorização já está sendo pleiteada junto aos Órgãos competentes.

Planos de capacitação do Quadro de Recursos Humanos e Desempenho funcional dos servidores e funcionários

Dentre os vários projetos definidos para atender à diretriz *Reorganização do Modelo de Gestão Empresarial* consta o projeto *Elaboração de um Plano Integrado de Gestão de Pessoas*, que tem como objetivo principal modernizar e unificar as políticas e práticas de gestão de pessoas em todo o Sistema Eletrobras. Diante da sua dimensão, ele foi dividido em 5 projetos, dentre os quais o Plano de Desenvolvimento e Capacitação de Pessoas do Sistema Eletrobras.

Tudo isso requer uma educação continuada dos seus profissionais e da sua liderança, não podendo mais tratar o desenvolvimento das pessoas na organização como algo momentâneo ou pontual, que requer apenas o treinamento em determinadas habilidades específicas. É necessário desenvolver a mentalidade da aprendizagem contínua e do autodesenvolvimento, e manter um processo perene de crescimento pessoal e profissional.

Exige, ainda, a adoção das modernas práticas de educação corporativa, alinhadas com os conceitos da gestão por competência, como também, práticas unificadas de educação corporativa em todas as empresas do Sistema Eletrobras.

Sua implantação propiciará um alinhamento das ações de desenvolvimento de pessoas com as estratégias de negócio do Sistema Eletrobras, fortalecendo seu capital intelectual e, conseqüentemente,

elevando seu nível de competitividade. O desenvolvimento do projeto se deu através de um processo de construção coletiva, pelo GT (grupo de trabalho), iniciado em 2009.

Para desenvolver as competências de seus empregados foi criada a UNISE Universidade Corporativa do Sistema Eletrobras, e a previsão para implementação será até o final de 2010, que tem como objetivos principais - modelar e implantar uma Universidade Corporativa que desenvolva as competências profissionais críticas e unificar políticas e práticas de educação corporativa em todas as empresas do Grupo Eletrobras.

Impactos da terceirização na produtividade.

A mão-de-obra terceirizada na empresa corresponde a 62% do total de toda força de trabalho e está distribuída em todas as atividades da empresa. Assim sendo, a produtividade dessa força de trabalho é representativa, e, caso seja retirada, sem a substituição imediata, implicará em prejuízo tanto para a empresa quanto aos 190.000 consumidores.

Política Remuneratória

A Política de remuneração praticada na empresa está definida no Plano de Cargos e Salários elaborado em junho de 1991.

Em 2008 o Governo Federal instituiu projeto de fortalecimento e transformação empresarial com o objetivo de fortalecer e consolidar uma estrutura de gestão corporativa integrada e transparente, tornando-a mais competitiva e rentável.

O Plano de Transformação do Sistema Eletrobras define diretrizes para a Eletrobras e suas Controladas, em quatro vertentes: i) Governança Corporativa; ii) Reorientação dos Negócios de Distribuição; iii) Reformulação Institucional da Eletrobras e, iv) Reorganização do Modelo de Gestão

Empresarial. Nesse contexto, está incluído o Plano de Carreira e Remuneração Unificado, buscando adequar uma política remuneratória igualitária para todo o Sistema Eletrobras.

Situação e evolução do passivo trabalhista vinculado.

As reclamações trabalhistas entre empregados e prestadoras de serviços, em que esta Companhia tem sido condenada de maneira subsidiária, em sua maioria, são constituídas de ações que têm por objeto diferença de adicional de periculosidade, cujas sentenças nos foram desfavoráveis e apesar da interposição de recursos, foram confirmadas nas últimas instâncias da Justiça Trabalhista.

Digna de nota é Ação Civil Pública nº 00372.2007.404.1.00-2, em que o Ministério Público do Trabalho pretendia rescindir todos os Contratos com Empresas Terceirizadas, mas, recentemente, foi proferida sentença que a julgou improcedente.

No mais o quadro se mostra estável. Vale dizer que não enfrentou-se, durante o exercício de 2009, relevantes alterações quanto ao ajuizamento de ações trabalhistas.

8. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não se Aplica.

9. INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS

Não se Aplica.

10. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO DE 2006

Em 2005 foi firmado, entre a ELETROACRE e o Governo do Estado do Acre, Convênio, referente à participação do Governo Estadual no Programa Luz Para Todos, que deveria ser efetivado da seguinte forma:

Tabela de Repasse Governo do Estado para a Cia - LPT

Ano de Repasse	Valor repassado (R\$)
2005	1.127.932,51
2006	900.000,00
2007	2.000.000,00
2008	3.000.000,00
2009	Não houve repasse de valores no ano de 2009
Total	7.027.932,51

11. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Não se aplica

12. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não houve ocorrência

13. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

Não se aplica

14. OPERAÇÕES DE FUNDO

Não se aplica.

15. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Devido à carência de recursos humanos no exercício de 2009 realizamos somente 03 projetos, sendo eles:

15.1 – Projeto Sox

Objetivo: Testar a eficácia dos controles e procedimentos internos através de mapeamento de 08 contas de impactos nas Demonstrações Contábeis, para atender a obrigatoriedade imposta pela seção 404, da Lei Sarbanes Oxley.

Este Projeto gerou 52 *gap's*, ou seja riscos, que estão sendo mitigados, paulatinamente, através da Auditoria Externa que vem realizando auditorias especificamente para detectar as maiores fragilidades de controle interno na Companhia.

15.2 – Projeto Dispensa e Inexigibilidade:

Objetivo: Avaliar a regularidade dos processos relativos à dispensa e/ou inexigibilidade e identificá-los (Razão Social e CNPJ do contratado; objeto da contratação e valor; fundamentação legal; nome do responsável pela fundamentação e seu CPF).

Este Relatório apresentou 02 recomendações que foram atendidas na íntegra.

15.3 - Projeto: Auditoria no Processo de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT

Objetivo: A Auditoria realizada teve como objetivo avaliar as rotinas e procedimentos relacionados ao Setor de Segurança e Medicina do Trabalho.

Este trabalho foi realizado com o fim de verificar: cumprimento da legislação envolvida; recebimento e uso dos EPI's e EPC's; existência e cumprimento da Política de Segurança do Trabalho.

Este Relatório gerou 04 recomendações que foram cumpridas na íntegra.

16. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Anexo I

17. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADA NO EXERCÍCIO

Não se Aplica

18. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV

Não se aplica.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

Promulgação da Lei 12.111/09

A Lei 12.111/09, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados, definiu que, a partir de 30/07/2009, a Conta CCC passará a reembolsar o montante igual à diferença entre o custo total da geração de energia elétrica nos sistemas isolados e a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio de potência e energia comercializado no Ambiente de Contratação

Regulada – ACR. Para os efeitos da referida lei são considerados como custo de geração nos Sistemas Isolados: a contratação de energia e potência associada, a geração própria, os encargos do setor elétrico e os investimentos realizados e demais custos associados às atividades de fornecimento de energia em lugares remotos, onde não há economia de escala e ocorre grande dispersão de consumidores. Pela sistemática anterior, a CCC - Isolado cobria somente os custos correspondentes ao combustível utilizado para produzir energia, sem os impostos correspondentes não compensados.

PRODIST – Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional.

A primeira versão do PRODIST foi aprovada após realização da Audiência Pública AP014/2008, pela Resolução Normativa ANEEL n°. 345/2008, com vigência a partir de 31/12/2008.

O PRODIST teve sua primeira revisão, após a realização da AP033/2009, através Resolução Normativa ANEEL n°. 395/2009, com vigência a partir de 01/01/2010.

O PRODIST tem por objetivo normatizar e padronizar as atividades técnicas relacionadas ao funcionamento e desempenho dos sistemas de distribuição de energia elétrica de todas as concessionárias distribuidoras de energia, com vistas a:

- Garantir que os sistemas de distribuição operem com segurança, eficiência, qualidade e confiabilidade;
- Propiciar o acesso aos sistemas de distribuição, assegurando tratamento discriminatório entre os agentes;
- Disciplinar os procedimentos técnicos para as atividades relacionadas ao planejamento da expansão, à operação dos sistemas de distribuição, à medição e à qualidade de energia;
- Assegurar o fluxo de informação adequada à ANEEL;
- Disciplinar os requisitos técnicos na interface com a Rede Básica, complementando de forma harmônica os procedimentos de Rede.

As principais responsabilidades, de caráter geral, das distribuidoras com relação ao PRODIST são:

Manter nas agências de atendimento, em local de fácil visualização e acesso, exemplares do PRODIST para conhecimento e consulta dos interessados, ou disponibilizá-los por meio de mídias eletrônicas (CD) ou por meio de correio eletrônico; e

Observar o princípio da isonomia para todas as decisões que lhe forem facultados no PRODIST, adotando procedimento único para toda a área de concessão outorgada.

20. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

20.1 - Demonstração Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as Notas Explicativas – Anexo II;

20.2 – Parecer da Auditoria Independente – Anexo III;

20.3 – Composição Acionária do Capital Social

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2009				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Texto				
Ações Ordinárias - %				
ACIONISTAS		31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009
Governamental	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais	95,3412	95,3412	95,3412
	Fundos de Pensão			
	Ações em Tesouraria			
Não Governamental	Free-Float Capital Estrangeiro			
	Pessoas Físicas	0,0004	0,0004	0,0004

	Pessoas Jurídicas	4,6584	4,6584	4,6584
	Capital Estrangeiro			
Total		100,00	100,00	100,00
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009
Governamental	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais	87,8566	87,8566	87,8566
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
Não Governamental	Free-Float Capital Estrangeiro	Σ	Σ	Σ
	Pessoas Físicas	0,0412	0,0412	0,0412
	Pessoas Jurídicas	12,1022	12,1022	12,1022
	Capital Estrangeiro			
Total		100,00	100,00	100,00

21. CONTEUDOS ESPECIFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

C.4. Órgãos e entidades integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal – SICOM

Classificação da Publicidade conforme definido na Instrução Normativa SICOM nº. 28, de 06 de junho de 2002, com os respectivos valores realizados no exercício, conforme a seguir:

Publicidade Legal – A que se realiza em obediência à prescrição de leis, decretos, portarias, instruções, estatutos, regimentos ou regulamentos internos.

Publicidade Mercadológica – A que se destina lançar, modificar, reposicionar, ou promover produtos e serviços numa relação de concorrência no mercado.

Publicidade Institucional – Conteúdos de caráter educativo, informativo de orientação social. Divulga informações sobre atos, obras e programas na empresa.

Publicidade de Utilidade Pública – A que tem como objetivo informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar à população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe traga benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.

Patrocínio – Financiamento, por parte de empresa ou uma instituição, de uma obra, de um empreendimento cultural, científico, etc., para uma associação ou entidade que tenha interesses afins com os interesses da instituição patrocinadora. Deverá haver contrapartida por parte da patrocinada, principalmente, com a prestação de contas e divulgação da marca da empresa patrocinadora.

PROPAGANDA PUBLICIDADES OFICIAIS	E	ORÇADO	REALIZADO	SALDO
Publicidades Institucionais				
Patrocínio		243.000,00	242.784,09	215,91
Publicidade Legal				
Publicidade de Utilidade Pública				

22 – EMPRESAS PÚBLICAS, SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA FEDERAL E DEMAIS EMPRESAS CONTROLADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE PELA UNIÃO

Demonstrativo da remuneração paga aos membros do conselho de administração e do conselho fiscal – Anexo IV

Declaração de que as atas das reuniões do conselho de administração e do conselho fiscal estão à disposição dos órgãos de controle interno e externo - Anexo V



Auditoria Interna - CAA
Prestação de Contas Anual
Fls: 62

Rio Branco, 31 de maio de 2010.



Pedro Carlos Vieira Hosken
Diretor-Presidente

DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

ANEXO 01

RELATÓRIO DE GESTÃO – ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ACRE

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrobrás Distribuição Acre - ELETROACRE					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-	004.459/2009-1	7259/2009	-	-	Ofício 2324/2009/GM-MME
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrobrás Distribuição Acre					
Descrição da Deliberação:					
<p>- Que a Eletroacre adote as medidas cabíveis para recomposição ao patrimônio da entidade pelos dispêndios financeiros causados pelo acidente fluvial ocorrido no Rio Jurus, em 16/12/2009, no qual a Empresa responsável pelo transporte de óleo diesel para operação de usina termoelétrica em Santa Rosa do Purus incorreu em perda da carga transportada, acarretando gastos adicionais por parte da Eletroacre, tanto com as medidas para avaliar/mitigar o dano ambiental, quanto para a não interrupção de operação da aludida usina por falta de combustível.</p> <p>- Que a Controladoria Geral da União para que, no exame da Prestação de Contas da Eletroacre do próximo exercício, se pronuncie acerca do cumprimento da determinação contida no item acima.</p> <p>- Recomendar à Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre) que, considerando que a atividade de transporte /fornecimento de combustível para o funcionamento de usina termoelétrica não tem relação direta com a atividade fim da entidade (consiste na distribuição e comercialização de energia elétrica), verifique a conveniência e a oportunidade de rever os termos do Contrato DT N° 1013/1998, celebrado com a Empresa Guascor do Brasil Ltda (CNPJ 01.676.897/0001-30), especificamente na Cláusula Oitava – Das Obrigações da Contratante e parágrafo segundo da Cláusula Quarta – Abrangência do Fornecimento, a fim de transferir para a Guascor do Brasil Ltda. A responsabilidade pela aquisição e transporte do combustível tipo óleo diesel para o funcionamento das Usinas termoelétricas objeto do Contrato em questão, com posterior reembolso do custo, nos termos da Resolução Normativa n° 347/2009, da Aneel.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
- Departamento Regional do Interior					--

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:	
<p>1) A despesa com o acidente do vazamento de 25.000 litros de óleo diesel totalizou R\$ 176.055,08 (cento e setenta e seis mil, cinquenta e cinco reais e oito centavos), e, em 12.01.2010 foi glosado da Empresa GUASCOR do Brasil o valor de R\$ 88.027,54, referente a 50% deste valor. O restante deste valor, a Eletroacre estará ingressando com a Ação pertinente, para receber em juízo da Empresa A M. BARRETOS MENDES – ME, responsável pelo transporte do óleo diesel na época do incidente.</p> <p>2)As Empresas Distribuidoras de Energia do sistema Eletrobrás, estão com processo licitatório centralizado, já devidamente aprovado, para aquisição de combustível, sendo esta conduzida pela Amazonas Energia S.A, constando em seu Projeto Básico que o vencedor desta será responsável pelo transporte do respectivo combustível.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
<p>- A Eletroacre firmou acordo com a firma A. M BARETOS MENDES – ME, para a devolução do óleo em 03 entregas, nos meses de Julho; Agosto e Setembro de 2010.</p>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
<p>- Não houve dificuldades para adoção da Determinação expedida pelo TCU.</p>	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa: Eletrobras Distribuição Acre -					Código SIORG
ELETROACRE					60701
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-	009.235/2007-5	2198/2009	-	-	Memorando PRA-273/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrobras Distribuição Acre					
Descrição da Deliberação:					
<p>- Determina a Eletrobras e suas subsidiárias que:</p> <p>9.4.1 – Observe, nos procedimentos licitatórios, o art. Inc V c/c o art. 43, Inc. IV da Lei nº 8.666/93, de modo que, em suas aquisições, seja verificada a conformidade das propostas com os preços correntes do mercado, bem como aqueles praticados no âmbito de outros órgãos e entidades da Administração Pública, apresentando justificativas, caso não seja possível a adoção desse procedimento.</p> <p>9.4.2. Quando da execução de obras e serviços com recursos do orçamento da União, observe as orientações contidas no art. 112, "caput" e seus parágrafos, da Lei nº 12.017, de 12/08/2009 (LDO 2010), mormente no que se refere à adoção de custos unitários de insumos ou serviços previstos no SINAPI, ou diante de sua inexistência, daqueles disponíveis em tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública federal, bem como encaminhe à Caixa Econômica Federal a tabela de custos unitários que eventualmente tenha sido aprovada.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
<p>- Coordenação de Administração de Materiais.</p> <p>- Todos os Departamentos da Empresa.</p>					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
- A Eletrobras Distribuição Acre utiliza em suas aquisições os valores de mercados, que					

estão registrados no banco de preços da Cia, ou através de 03 cotações de preços no mercado.

- A Eletrobrás Distribuição Acre não utiliza o SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil.

Síntese dos resultados obtidos

- Preços propostos para abertura do Processo Licitatório conforme realidade de mercado

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

- O SINAPI é um índice Oficial do Governo que é utilizado na Construção Civil, à empresa vem tomando medidas para utilizar os valores registrados no SINAPI no que couber, e, vem tomando as ações para alimentar o Sistema da Caixa.